



ALEXANDRE GARCIA

**ERROS SIMPLES DE AVALIAÇÃO, COMETIDOS POR QUEM SEMPRE TEVE A FAMA DE INTUITIVO, REVELAM UM CERTO CANSAÇO, NESTE ANO E MEIO DE TERCEIRO MANDATO**

## Lula e Biden

Desde que foi convencido a dar entrevistas todos os dias para ocupar lugar na mídia, o presidente Lula insiste em criticar a autonomia do Banco Central e, em especial, de seu presidente, Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro. Nesses últimos dias, chamou de cretinos os que registraram, mas à medida em que fala sobre contas públicas, juros e Banco Central, faz o dólar disparar. Contra a autonomia do Banco Central, Lula quer que o presidente seja indicado por ele.

Aí o dólar vai a 5,70, encarecendo tudo. No entanto, ressalva que tem que esperar com paciência o fim do mandato de Campos Neto, porque é lei do Congresso. Então por que fala, se vai esperar? Só se desgasta e afeta a economia, com declarações, no mínimo, estranhas, como esta última, de que o MST não tira terra de ninguém; quem tira terra do agricultor são os bancos. Para quem teve apoio de banqueiros, a declaração só o faz perder apoio. Erros simples de avaliação, cometidos por quem

sempre teve a fama de intuitivo, revelam um certo cansaço, neste ano e meio de terceiro mandato.

Lula chegou a imitar Bolsonaro, na crítica ao Supremo: "A Suprema Corte não tem que se meter em tudo". Aliás, o falar excessivo atribuído a Bolsonaro parece estar sendo superado por Lula, reclamando de mãos que têm filhos demais, anunciando que não vai financiar os arrozeiros gaúchos que saíram de secas para enchente recordista e acusando o presidente do Banco Central de trabalhar para os banqueiros, mas sempre elogiando o MST que, por sua vez, critica Lula por frustrar as expectativas

dos sem-terra. Na polêmica da droga, lavou as mãos como Pilatos. Eximiu-se de opinar, atribuindo a decisão à "ciência", esquecendo que as famílias esperam a ação social e sanitária do estado para evitar, tratar, reprimir e pegar o traficante — e diminuir a desgraça.

Até hoje o país lembra do presidente Itamar, que afastou o ministro Hargreaves até que ele demonstrasse inocência de uma suspeita, pois um ministro precisa estar acima de qualquer suspeita. Lula não considerou o bom exemplo, e mantém o ministro Juscelino Filho, mesmo indiciado por corrupção pela Polícia

Federal. Pega mal encamar um indiciamento por corrupção como algo com que pode conviver? Quando perde no Congresso e derrubam seus vetos, culpa as lideranças, os ministros e agora os jornalistas e, provavelmente, seus marqueteiros. Como no Rio Grande cheio d'água, o discurso ficou esvaziado pela falta de ações efetivas, um gigantesco encontro do agro gaúcho está marcado para esta quinta-feira, para tentar despertar o governo federal.

Em política externa não é diferente. Está perto de Maduro, de Cuba, de Ortega, do Irã, do Hamas, e longe de Israel, com que temos contratos, e da Argentina,

com quem temos vizinhança. No "golpe" da Bolívia, foi apressado e enganado pela fraude, que Evo Morales não engoliu. Nos Estados Unidos, está cada vez mais palpável a volta de Trump, e o Brasil poderá ficar só com os amigos de Lula, já meio distanciado de Boric, do Chile, e sem afinidade com os presidentes do Paraguai e Uruguai. Milei vai estar no fim de semana em Balneário Camboriú, com Bolsonaro, e não vai estar com Lula na segunda-feira, na reunião do Mercosul em Assunção. Enfim, o presidente do Brasil caminha mais e fala mais que Biden, mas os resultados se parecem.

**PODER** Lula sugere maior participação do governo federal na segurança pública dos estados, mas admite que proposta pode encontrar resistência de governadores e marcará reunião com gestores. Texto deve ser enviado ao Congresso por Lewandowski

# Defesa da PEC da segurança

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu uma maior participação do governo federal na segurança pública dos estados, como prevê a proposta de emenda à Constituição (PEC) sugerida pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. O chefe do Executivo, no entanto, admitiu que pode haver resistência de governadores à iniciativa.

Lula argumentou os "estados sozinhos não dão conta" de enfrentar o crime organizado. "É necessário o governo federal participar, não apenas com repasse de dinheiro. Estou favorável que a gente tenha mais Polícia Federal, que a gente possa participar mais do processo de segurança, sobretudo no combate ao crime organizado, ao narcotráfico, às facções, porque hoje tomaram conta do Brasil", frisou, em entrevista à Rádio Sociedade, em Salvador.

De acordo com Lula, "se você for ao garimpo de Roraima, vai enfrentar o narcotráfico, o crime organizado". "Se você for ao Acre, vai enfrentar o crime organizado. Então, é uma coisa mais delicada. Acho que os estados, sozinhos, não dão conta. O que nós queremos é fazer uma proposta de aprovar uma PEC que define o papel de cada um, mas que a gente dê ao povo a certeza que a gente vai ter mais segurança pública no país", afirmou.

Segundo o petista, uma reunião para debater o assunto deve ocorrer em breve. "Em 10 a 15 dias, vou chamar Lewandowski e todos os ministros que foram governadores de estado (...) para que a gente possa fazer uma proposta de segurança pública, sabendo que a gente vai enfrentar a recusa de muitos governadores", destacou.

Ele disse também que "muitas vezes, os coronéis que cuidam

Tom Costa / MJSP



Conforme a PEC a ser enviada por Lewandowski, o governo federal teria a prerrogativa de estabelecer diretrizes a serem seguidas pelos estados

da PM não obedecem a orientação do governador" e "agem com agressividade desnecessária".

"A gente vai enfrentar a recusa de muitos governadores porque muitos reclamam da segurança pública, mas não querem abrir mão do controle das polícias Civil e Militar. Quem foi governador sabe, é muito difícil cuidar da segurança pública e, muitas vezes, os coronéis que mandam na Polícia Militar não obedecem orientação do governador, muitas vezes têm agressividade desnecessária, então nós precisamos repensar", emendou.

O chefe do Executivo negou "ingerência". "O que queremos

saber é se é necessário o governo federal participar, não só com repasse de dinheiro", sustentou.

### Sem fronteiras

Em um artigo ao portal jurídico Conjur, no último domingo, Lewandowski defendeu que a segurança pública "de há muito, deixou de ser um problema local para tornar-se uma questão nacional, considerada a criminalidade organizada, cuja atuação transcede as fronteiras estaduais e até mesmo as do próprio país". "Por isso, seu enfrentamento exige um planejamento

estratégico capitaneado pelo governo central. Também os estabelecimentos prisionais, hoje majoritariamente controlados pelos estados e o Distrito Federal, demandam um tratamento semelhante", frisou.

Ele ressaltou a necessidade de modernizar a Constituição. "Ao par disso, conviria atribuir à União o poder de editar normas gerais sobre segurança pública e sistema prisional, objetivando uniformizar a atividade dos entes subnacionais nesses setores, sem prejuízo da competência destes de regular seus interesses específicos" (**leia mais na reportagem ao lado**).



**A gente vai enfrentar a recusa de muitos governadores porque muitos reclamam da segurança pública, mas não querem abrir mão do controle das polícias Civil e Militar"**

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
presidente da República

## Mudanças pretendidas

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, pretende enviar ao Congresso visa dar à União a competência de coordenar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Na prática, o governo federal passa a ter a prerrogativa de estabelecer diretrizes de uma política nacional de segurança única a ser seguida por todos os estados — hoje com relativa autonomia aos governadores.

Lewandowski defende incluir uma emenda ao artigo 144 da Constituição, que trata sobre funções, competências e subordinações de cada instituição de segurança pública: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; polícias civis; polícias penais federal, estaduais e distrital".

A emenda de Lewandowski daria à União o poder de editar normas de segurança pública e sistema prisional a serem seguidas por essas instituições citadas no artigo 144, incluindo as polícias militares e civis sob o comando dos estados.

Outro ponto defendido pelo ministro é que a PRF cumpra papel de polícia ostensiva, hoje destinado às polícias militares.

A PEC está sob análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após uma série de derrotas no Congresso e prevendo resistências dos governadores, o petista pretende convidar chefes do Executivo estadual para debater a proposta.

## Isenção para carne na cesta básica "está sendo discutida"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstrou otimismo com a votação da regulamentação da reforma tributária antes do recesso parlamentar. Congressistas têm expectativa de votar os textos na próxima semana. "Recebemos hoje (ontem) a segunda comissão da regulamentação da tributária, está todo mundo bastante otimista com calendário, com a qualidade do texto, com os aperfeiçoamentos que certamente o Congresso vai apresentar, mas confiantes de que vai ser um texto melhor, do ponto de vista técnico, político e social", afirmou.

Haddad recebeu o grupo de deputados que está dedicado ao projeto de lei que trata do funcionamento do Comitê Gestor previsto na reforma. Encerrada a reunião com os parlamentares, o ministro

foi à portaria da Fazenda junto do grupo para falar com a imprensa.

Ele não quis entrar em detalhes sobre as discussões em torno da ampliação de itens da cesta básica que terão isenção, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falar sobre a inclusão da carne nesse rol novamente. O petista defendeu uma diferenciação no tributo a partir dos tipos de proteína. Questionado, o ministro apenas respondeu que o debate está sendo feito.

"Já mandamos nosso PL ao Congresso, com a cesta básica definida pelo Executivo, com a participação do presidente. Debates estão acontecendo, amanhã (hoje) vai se apresentar os relatórios dos dois grupos para apreciação. Mas a discussão está sendo feita", respondeu.

O titular da Fazenda destacou que o tema da regulamentação da reforma tributária é "suprapartidário" e que todos se encaminham para diminuir litigiosidade e fazer com que o consumo popular tenha menos incidência de impostos.

Perguntado sobre o calendário para aprovação da regulamentação, Haddad lembrou que a emenda constitucional da reforma, que exigia quórum qualificado, já foi aprovada, e que, portanto, o momento agora é somente de acerto de detalhes — um ambiente mais "tranquilo", na avaliação dele.

Ao lado de Haddad, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), estimou que a regulamentação será aprovada pela Casa com mais de 400 votos, no

que foi endossado pelo chefe da equipe econômica.

Lula afirmou que as carnes "que o povo consome" deveriam ser livres de impostos, e citou o frango, além de cortes bovinos. O chefe do Executivo foi questionado sobre a possibilidade de incluir as proteínas de origem animal na cesta básica que receberá isenção.

"Temos carnes chiques, que o cara que consome pode pagar um 'impostozinho'. E temos a carne que é a carne que o povo consome. Frango, por exemplo, não precisa ter imposto. O frango faz parte do dia dia do povo brasileiro. Então uma carne, um músculo, um acém, tudo isso pode ser evitado", declarou, em entrevista à Rádio Sociedade, na Bahia.

Diogo Zacarias/MF



Haddad: otimismo para a votação da tributária antes do recesso